

# DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER: OS ACAMPAMENTOS ESCOLARES E A SISTEMATIZAÇÃO DE UM PROJETO DE EDUCAÇÃO POPULAR (1961- 1964)

*DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE  
A LER: THE SCHOOL CAMPS AND THE  
SYSTEMATIZATION OF A POPULAR  
EDUCATION PROJECT (1961 – 1964)*

Aliny Dayany Pereira de Medeiros Pranto 1

**Resumo:** *Pensar a educação popular no Brasil inevitavelmente nos leva aos anos 1960. Embora diversas iniciativas voltadas às camadas populares já fossem pensadas desde o século XIX, a partir dos anos 1960 essa discussão se amplia e passa a considerar aspectos da cultura popular e das questões sociais inerentes às camadas economicamente desfavorecidas em nosso país. Diante desse cenário, surgiu em Natal a Campanha de combate ao analfabetismo intitulada “De pé no chão também se aprende a ler”. Neste trabalho trataremos um pequeno recorte acerca da Campanha, com o objetivo de apresentar de que forma foram pensados e sistematizados seus acampamentos escolares, as práticas de ensino neles presentes e o espaço assegurado à cultura popular.*

**Palavras-chave:** *Ensino. Cultura popular. Educação Popular. Alfabetização. Acampamentos escolares.*

**Abstract:** *Thinking about popular education in Brazil inevitably leads us to the 1960s. Although several initiatives aimed at the popular layers have been thought of since the 19th century, from the 1960s this discussion is broadened and starts to consider aspects of popular culture and social issues inherent to the most economically disadvantaged strata in our country. Given this scenario, the Campaign to combat illiteracy was created in Natal, entitled “De pé no chão também se aprende a ler”. In this paper, we will bring a small section about the Campaign, with the objective of presenting how their school camps were thought and systematized, the teaching practices present in them and the space provided to popular culture.*

**Keywords:** *Teaching. Popular culture. Popular education. Literacy. School camps.*

## Introdução

Os anos 1960, no Brasil, foram marcados por várias iniciativas de educação popular, em diferentes estados do país. Neste trabalho, iremos abordar a Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, com o objetivo de apresentar de que forma foram pensados e sistematizados seus acampamentos escolares, as práticas de ensino neles presentes e o espaço assegurado à cultura popular.

A iniciativa é reconhecida internacionalmente pelo pioneirismo do formato, pelos reduzidos custos envolvidos e pelo amplo acesso que assegurou à população mais vulnerável da cidade de Natal/RN. Nesse sentido, retomá-la nos provoca a refletir sobre o que é necessário para termos uma educação ampla e de qualidade, considerando-a enquanto popular.

Em 1960 Natal/RN teve sua primeira eleição direta para Prefeito, da qual sairia eleito Djalma Maranhão, a partir de alianças feitas com diversos grupos políticos, mas também com o compromisso de atender aos anseios e demandas sociais. Durante a campanha eleitoral, sua equipe sistematizou Comitês Nacionalistas de bairro, instrumentos de organização da comunidade, que realizavam o levantamento de suas necessidades. Segundo Germano (1982), estes Comitês teriam ultrapassado o número de 200 e todos sinalizavam como principal demanda popular o acesso à educação formal.

A dificuldade de acesso à educação formal não era uma realidade presente apenas na capital potiguar. Segundo José Murilo de Carvalho (2015), nos anos 1950 estima-se que quase metade da população brasileira era ainda analfabeta e, portanto, estava excluída do direito ao voto. Alfabetizar-se, então, significava adentrar minimamente a vida político-partidária do país, além de possibilitar melhores condições de acesso ao trabalho e renda.

Sendo assim, iniciativas para a erradicação do analfabetismo e popularização da educação formal eram urgentes. Em contrapartida, cidades como Natal possuíam baixa arrecadação, o que parecia inviabilizar a construção de escolas nos moldes, por exemplo, dos antigos grupos escolares, com prédios amplos e de alvenaria. Ficava a seguinte indagação: “como assegurar educação para as camadas populares menos favorecidas e que habitam as periferias da cidade?”.

Anos antes da eleição, Djalma Maranhão havia sido prefeito indicado e organizou redes de escolas isoladas pela cidade. Eram salas de aula nas casas das professoras leigas, em prédios públicos, cinemas, igrejas, associações, ou qualquer espaço que pudesse abrigar uma professora e seus respectivos alunos. Essas salas de aula eram chamadas escolinhas e ampliaram de número também após a eleição de 1960. No entanto, era visível que tal arranjo tinha seus problemas e não seria capaz de atender toda a população analfabeta da cidade. Então, a questão permanecia, pois, como atender a todos e erradicar o analfabetismo com recursos reduzidos? Para além dos gastos financeiros, como assegurar mão-de-obra qualificada? E qual formato de ensino seria desenvolvido?

Nem Djalma Maranhão, tampouco seu secretário de educação, Moacyr de Góes, tinham respostas imediatas para todas as questões postas, sobretudo para a ausência de recursos. Por isso mesmo, levaram suas inquietações de volta ao Comitê Nacionalista do bairro das Rocas, um dos bairros populares de Natal, para discutir junto à comunidade o que poderia ser feito. Daquela reunião sairia uma ideia improvável, que nos faz compreender a escola para além de seu prédio, de suas paredes, de sua tradicional estrutura.

## Acampamentos escolares: estrutura física e condições de acesso à escola

No bairro das Rocas, em meio ao cenário de exclusão socioeconômica que marcava aquela população, nasceu o projeto-piloto da Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, o seu primeiro acampamento escolar. A reunião do Comitê Nacionalista do bairro parece ter sido marcada pelo tom da inquietação, mas não apenas um incômodo pela falta de infraestrutura da Prefeitura, do contrário, era a busca de muitas mentes por uma solução possível.

Segundo o secretário de educação da época, em meio às indagações e inúmeras incertezas, uma voz anônima destravou o debate. Germano (1982, p. 103), nos apresenta a fala do

secretário de Educação Moacyr de Góes sobre aquela reunião:

Mas é no Comitê das Rocas que surge a proposta de acampamento de palha de coqueiro (...). Como eu disse, na reunião do Comitê das Rocas a população manifestou que queria escola. Isso vem desde aquelas convenções de bairro. Eu fui chamado para participar dessa reunião do Comitê Nacionalista do bairro das Rocas. E eu disse na ocasião que a prefeitura não tinha dinheiro para construir escola. Havia somente a disponibilidade de manter as escolinhas onde cedessem gratuitamente uma sala. Mas construir escola de alvenaria era impossível. Então, levanta-se (...) um cidadão e pergunta: se não pode fazer de alvenaria, por que não constrói escola de palha? E foi uma discussão longa, não foi uma opinião assim gratuita, não.

E daquele momento de discussão coletiva com o Comitê das Rocas teria surgido, oficialmente, a iniciativa da construção de barracões de palha, que serviriam de escolas municipais e caracterizariam a Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”. Embora a Campanha não ficasse restrita a tais espaços.

A inusitada sugestão foi discutida, aprofundada e considerada. Dias depois, a equipe da Prefeitura já avaliava onde e como ergueriam os primeiros barracões, ainda como projeto-piloto, em fase de testes. A escola seria então, um conjunto de grandes barracas, cobertas de palha, sem paredes, sobre um chão de terra batida e tendo apenas quadros negros como divisórias.

Para construí-las foi preciso que pescadores auxiliassem os próprios funcionários da Prefeitura. De acordo com a entrevista que Góes concedeu ao Centro de Direitos Humanos - DH-net (2015), o marceneiro José Ribamar teria esboçado no papel como seria a estrutura, formato e cobertura dos barracões. Porém, feita a base de madeira, os operários não sabiam realizar a cobertura de palha de coqueiro.

Quando chegou a hora da virada da palha, não se sabia fazer a virada da palha, porque aquilo era uma tecnologia do tempo dos índios, ou dos pescadores. Manda-se chamar os pescadores do Canto do Mangue, para poder ensinar o trabalho e fazer a corrida da água, cai a água e não molha (GÓES, 2015).

Já Sr. José Ribamar<sup>1</sup> relembra ainda que: “Eu passei uma semana indo todo dia assistir a virar a palha de coqueiro”. Segundo ele, o líder do sindicato dos pescadores na Redinha, que era amigo pessoal de Djalma Maranhão, teria mediado esse processo e com o apoio desses pescadores teria sido possível ensinar aos operários da prefeitura como cobrir os galpões das Rocas, inaugurados em fevereiro de 1961. No mesmo ano, outro acampamento foi erguido no bairro do Carrasco<sup>2</sup>. A participação da população na construção do primeiro acampamento também é muito simbólica, visto que evoca a ideia de uma escola feita com o povo, e não somente para o povo. Sobre esse processo de criação dos primeiros galpões e seu caráter popular, Aquino e Pinheiro afirmam que:

A criação dos acampamentos escolares como uma ideia que parte da população do bairro das Rocas em razão das suas necessidades por mais escolas, sendo o primeiro acampamento criado neste bairro e o envolvimento dos moradores no processo de construção do primeiro acampamento escolar, revela traços de uma educação popular (AQUINO; PINHEIRO, 2018, p. 6).

1 Em entrevista concedida ao Núcleo de História e Memória da EJA – NUHMEJA/UFRN.

2 Atualmente, região limítrofe dos bairros das Quintas, Alecrim e Dix-Sept Rosado.

O sucesso da iniciativa foi tanto que rapidamente passou a se espalhar pela cidade. Isso porque, necessitava de poucos recursos, eram espaços amplos e atendiam um grande número de alunos em até três turnos. De acordo com Germano (1982, p. 104, grifo nosso),

Os Acampamentos Escolares eram, pois, constituídos de grandes galpões de 30 x 8 metros, com estrutura de madeira, coberta com palha de coqueiro e chão de barro batido. Constavam, em geral, de quatro galpões, com quatro classes cada um (separadas por um tabique) e mais um galpão em forma de círculo, destinado à recreação, às reuniões do círculo de pais e professores, bem como à realização de sessões festivas. Surgia, assim, uma escola erguida sem paredes e sem portas, *inteiramente aberta à comunidade* (GERMANO, 1982, p. 104).

A última frase de José Willington Germano parece caracterizar bem o sentimento difundido pela Campanha “De pé no chão também se aprende a ler” e responde a perguntas como: Não havia roubos? Como manter um espaço aberto organizado? Quem podia ir ao acampamento? A expectativa de construção de uma educação popular foi gerida junto à população dos bairros em que essas escolas surgiram, até mesmo seu desenho e construção material contaram com tal participação. Outras estratégias também foram promovidas para manter esse contato, participação e aprovação, mas esta da construção, de forma particular, nos parece representativa da noção de popular naquelas escolas. Abaixo, é possível observar o Acampamento das Rocas e sua estrutura física representados em fotografia da época.

**Figura 1.** Acampamento das Rocas



**Fonte:** Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

Relembrando a estrutura física dos acampamentos, a professora Maria Diva Lucena<sup>3</sup> destaca:

Eu me lembro que perguntei: não acontece nada? Não tem roubo aqui? E aí, eram as famílias, os moradores da comunidade tomavam conta daquela escola. Eles vigiavam a escola de suas casas para não acontecer nada. E não acontecia. Não tinha roubo, não tinha nada disso (LUCENA, 2018).

<sup>3</sup> Em entrevista concedida ao NUHMEJA. Disponível em: <http://nuhmeja.ce.ufrn.br/site/>. Acesso em: 10 fev 2018.

O Prefeito Djalma Maranhão relatava em um trecho do seu livro a necessidade de que a população cuidasse dos acampamentos e exemplificou isso narrando o papel social que o sino escolar tinha. Pouco a pouco ele sinalizava como construía seu discurso voltado às mães de família e mulheres da comunidade, a fim de alcançar seu apoio e garantir sucesso àquela iniciativa, como é possível perceber a seguir:

Aquela escola não tinha paredes como o grupo escolar, e somente uma cerca de arame liso, como isolamento. Era necessário que alguém tomasse conta do mesmo, zelasse pela sua conservação. Neste ponto do discurso mostrava o sino e dava uma badalada. E continuava o discurso: este sino serve para chamar os meninos para as aulas e anunciar o fim das mesmas.

Mas, quando este sino tocar fora de hora e maneira agitada, é sinal que o acampamento corre perigo. É o vigia que está pedindo socorro. Cabe às mulheres defende-lo. No final, pedia que as mulheres, que voluntariamente desejassem defender o acampamento escolar, sem parede, coberto de palha de coqueiro e com piso de barro batido, levantassem os braços. Não precisa dizer que uma floresta de braços femininos se erguiam com entusiasmo. Estava realizada a primeira integração da comunidade com “Pé no chão” (GÓES, 2000, p. 104).

Imerso nessa realidade de busca por apoio e aproximação com a comunidade, foi criado o Acampamento Escolar das Rocas, região litorânea da cidade, onde hoje funciona a Escola Municipal Henrique Castriciano. Naquele espaço manteve-se a perspectiva de facilitar o acesso das crianças à educação escolar, fazendo jus ao *slogan* cunhado pelo jornalista Expedito Silva ao escrever matéria dizendo que naquele momento em Natal até de pé no chão se aprendia a ler.

A expansão da Campanha “De pé no chão também se aprende a ler” visava alcançar toda periferia de Natal e o fez em pouco mais de dois anos, conforme destaca Maria Elizete G. Carvalho (2000, p. 147):

O crescimento dos acampamentos “De pé no chão” foi rápido. Logo em 1961, a prefeitura construiu o das Rocas e Carrasco, em 1962, toda a periferia da Cidade foi ocupada por “De pé no chão”: Quintas, Conceição, Granja, Nova Descoberta, Aparecida e Igapó (CARVALHO, 2000, p. 147).

O sucesso da iniciativa nos parece estar diretamente ligado às facilidades de acesso à instituição. Isso porque, em uma época em que era preciso dispor de calçado, fardamento e material escolar para ingressar à escola, os acampamentos “De pé no chão” recebiam todos os alunos, sem qualquer dessas exigências. Desse modo, a escola possibilitava que uma massa populacional, há muito tempo excluída do direito à educação formal, pudesse adentrar a instituição escolar. A Prefeitura assumiu naquele momento a responsabilidade sobre o fornecimento de material escolar e alimentação e possibilitou que as pessoas frequentassem a escola sem uniforme, ou mesmo sem calçados. A prioridade era alfabetizar a população, independente dos trajes que dispunham.

E a iniciativa obteve considerável sucesso, já na primeira experiência, se observarmos os números apresentados por Germano (1982, p. 106):

De toda maneira pode-se ter uma ideia de evolução da matrícula ao se observar que, enquanto em novembro de

1960 as escolinhas municipais atendiam a somente 2.974 alunos, em março de 1961 esse número saltou para 5.249 alunos. A partir daí cresceu incessantemente durante o ano, atingindo em outubro (último mês do qual se dispõe dos dados) um total de 8.120 alunos.

Vemos nos dados acima um crescimento de 273% na taxa de matrícula, em um período inferior a um ano de funcionamento dos acampamentos escolares. Isso sinaliza para a ausência de instituições de ensino, mas também para a adesão da população à Campanha.

### **Barracões de palha, recreação, merenda e práticas de ensino voltadas à cultura popular**

Apesar do sucesso dos barracões de palha, era preciso ir além da estrutura física para garantir acesso à matrícula e assegurar a manutenção desses alunos nas escolas, o que dependia de diversas iniciativas, que iam desde a formação das professoras até incentivo a atividades lúdicas e culturais. Porém, dentre todos os desafios, a formação de professoras parecia ser um dos mais difíceis a ser superado.

Em dissertação defendida em 2015, Fernanda Aquino apontou para as iniciativas desenvolvidas a fim de sanar esse problema de formação docente. Para a autora, uma das formas de atender à demanda de formação profissional foi a criação de cursos de emergência, ministrados inicialmente no Ginásio Municipal de Natal e, posteriormente, pelo Centro de Formação de Professores (2015, p. 53-54). Ainda segundo a mesma autora, após os cursos de emergência, havia o Ginásio Normal, com cursos de formação para quem já ensinava na Campanha e, de nível Colegial, havia o Colégio Normal, com duração de três anos.

Para o Secretário de Educação Moacyr de Góes<sup>4</sup>, o Centro de Formação de Professores – CFP tinha uma visão voltada ao curto, médio e longo prazo, já que possuía desde cursos de emergência, com duração de quatro meses e voltados às professoras leigas, até cursos de Normal Colegial, ocupando um espaço que pertencia ao governo do Estado.

Sobre o papel do CFP junto aos acampamentos, Góes (2010), ressalta que este passou a elaborar um material didático próprio, já que a primeira iniciativa de uso de cartilhas produzidas pelo MEC parecia ser insuficiente. Desse modo, a cada 15 dias o CFP encaminhava às professoras leigas os planos de aula prontos, elencando conteúdos, unidades temáticas e procedimentos metodológicos. O que, para Aquino (2015, p. 57), demonstrava certo controle exercido pelos professores com formação acadêmica sobre aqueles que eram leigos.

A formação inicial era pré-requisito para a atuação das professoras leigas. Ao relembrar esse período, Dona Ivoneide Rósa, professora da Campanha, relatou à pesquisadora Maria Elizete G. Carvalho (2000)<sup>5</sup> sua obrigatoriedade. Segundo ela:

[...] Era que você tivesse o diploma do Primário. Se você tivesse o diploma do primário, você automaticamente podia participar desses cursos. Aí eu fui e participei do Curso. Eu tinha o diploma do Primário, me inscrevi e participei do Curso. Ninguém me convidou. Eu que fui. Era um curso de Treinamento (RÓSA, 2000).

Ao rememorar os procedimentos de ensino utilizados na Campanha, Dona Ivoneide Rósa chamava atenção para a utilização de temas e referências presentes na comunidade. Isso era possível porque as professoras eram, preferencialmente, do bairro, mas também devido à formação recebida, que priorizava a valorização da cultura popular. Desse modo, mesmo com planos encaminhados e com diretrizes gerais que vinham do CFP, as professoras também interferiam, acrescentavam, utilizavam o cotidiano do bairro e mesclavam com suas próprias

4 Em entrevista concedida ao CDH-net. Disponível: <http://www.dhnet.org.br>. Acesso em: 10 fev. 2018.

5 Entrevista coletada em 2000 e disponível na tese da professora Maria Elizete G. Carvalho.

experiências escolares para poder ensinar. A seguir, Dona Ivoneide Rósa (2000) relata essa experiência:

Então, o método começava assim; a forma como você alfabetizava. Depois [...] Eu ensinava conscientizando [...] a partir da realidade. “Gente, aqui, na nossa comunidade [...] vamos supor, vamos imaginar o nome de uma pessoa aqui do bairro. E geralmente se pegava um textinho da cartilha que tivesse o nome [...] Há [...] e daí ia partindo para a família dessa palavra. E depois: “Dona Helena vende” e pegava a profissão e juntava. “Gente! Dona Helena vende [...] mas ela vende uma coisa que ela faz todos os dias [...] uma coisa saborosa [...]”. “Dona Helena vende bolo”. Vamos ver agora bolo, quais são as letras que formavam bolo?” (RÓSA, 2000).

Para sistematizar essa proposta de escola e ensino, era preciso um quadro de funcionários que ia além das professoras leigas e formadoras. Os Acampamentos escolares contavam com o seguinte quadro de funcionários, de acordo com Góes (2010, p. 90): um diretor/coordenador (formado pela Escola Normal), merendeiras, recreadoras (também leigas), secretária (que também atendia na biblioteca e dispensava materiais), serventes e vigias. Para cada grupo de 20 monitoras, ou “professorinhas”, havia uma supervisora com formação no curso Normal. Essa supervisora distribuía os planos de aula e realizava as reuniões quinzenais aos sábados, a fim de orientar o trabalho docente.

Para além das salas de aula cobertas de palha, os Acampamentos também dispunham de outros espaços físicos, tais como: a sombrinha (que era um espaço circular, coberto de palha e voltado à recreação e festividades), a horta e o aviário, cultivados pelos próprios alunos.

Abaixo podemos ver fotografias de um desses espaços, que junto com as salas de aula, contribuíam para a sistematização da proposta de expansão da educação popular, já que eram imprescindíveis à permanência das crianças e adultos e aos baixos índices de absentismo e evasão.

**Figura 02.** Sombrinha do Acampamento das Rocas



**Fonte:** Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/w3/cdhmp/index.html>>. Acesso em: 12 fev. 2018

**Figura 03** – Interior da “Sombrinha” do acampamento das Rocas



**Fonte:** GÓES (2010).

A sombrinha, representada acima, costuma ser retomada por ex-alunos e professores como um espaço de lazer, divertimento, festividades e saciedade. Ali corpo e alma pareciam ser alimentados, já que naquele espaço a merenda era servida, mas também ali as crianças brincavam, corriam, cantavam cantigas de roda, faziam sua recreação e podiam dar espaço à imaginação.

Ainda na sombrinha eram realizadas as reuniões com as famílias, promovidas não apenas para compartilhamento de resultados, mas para buscar soluções aos problemas enfrentados pela escola. Havia ainda apresentações de artistas locais, como forma de buscar promover a cultura popular e construir uma identidade da comunidade com aquele espaço.

Já sobre a horta, o aviário e a merenda escolar, Dona Ivoneide Rósa (2000) também apresentou detalhes de sua dinâmica cotidiana:

E um fato interessante: os próprios alunos cuidavam da horta do Colégio. Tinha horta, tinha uma criação de galinha caipira; então tinha ovos caipiras, galinha para fazer a canja uma vez por semana (tinha direito à canja de galinha), vinha leite, vinha pão, vinha um biscoito com um sabor diferente. A merenda era muito boa, tanto para o professor como para o aluno. Aí nós tínhamos direito a café, pão assado com manteiga americana e tínhamos direito à canja (RÓSA, 2000).

Essas múltiplas iniciativas garantiram que o projeto-piloto implantado nas Rocas em 1961 tivesse notável êxito e permitiu sua expansão por outros bairros e comunidades de Natal, no mesmo ano e no ano seguinte. Associado à construção dos Acampamentos, havia também as Praças de Cultura, bibliotecas, programa radiofônico e uma importante propaganda da Campanha.

As Praças de Cultura e bibliotecas, por exemplo, eram instrumentos que estavam fora dos Acampamentos, mas se articulavam com esses. A intenção era promover a cultura popular e incentivar a participação da comunidade em atividades que envolvessem a leitura, a discussão, o debate, as apresentações artísticas, abrindo espaço para os artistas locais e as manifestações próprias da região. Segundo Germano, o grande diferencial da Campanha era a presença da população não apenas como receptora, mas, sobretudo, como partícipe daquele movimento:



Assim sendo, a Campanha significou, além das Escolinhas e Acampamentos, a criação de bibliotecas, de praças de cultura, do Centro de Formação de Professores, do Teatrinho do Povo, a edificação da Galeria de Arte, a construção de praças de esportes, a formação de círculos de leitura, a realização de encontros culturais, o estímulo e consequente reativação de grupos de danças folclóricas, exposições de artes plásticas, a criação do Museu de Arte Popular, etc. O povo participava e não somente assistia como mero expectador (GERMANO, 1982, p. 117).

Com fins de divulgação da Campanha, foram criadas diversas estratégias, que iam desde uma bandeira simbolizando a Campanha, a panfletos, como podemos observar abaixo, e até um hino que enaltecia os ideais daquela iniciativa. A letra do hino era cantada por professores, alunos e demais pessoas da comunidade. Parece-nos que a iniciativa visava estabelecer uma identidade entre a comunidade local e os espaços da Campanha, além de expandir seu alcance e servir de propaganda à Prefeitura.

### Hino da Campanha

Povo pobre, natalense  
Chegou a vez para quem quer aprender  
Como sofre o ser humano  
Quando seu nome não sabe escrever  
A prefeitura abre a campanha  
Para ajuda do ensino e do saber  
Pela meta do prefeito Maranhão  
De pé no chão também se aprende a ler

Figura 04. Panfleto de divulgação da Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”



Fonte: <<http://www.dhnet.org.br>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

A intenção de construção de uma identidade com a Campanha nos parece ter sido alcançada, visto que décadas após o fechamento dos Acampamentos, alunos, professoras e comunidade rememoram aquela vivência colocando-se enquanto parte dela, a defendendo e demonstrando afeto. Conforme destacamos em nossa tese de doutorado:

Havia a explícita intenção de garantir apoio e participação da comunidade no cotidiano da Campanha. Isso foi identificado em diversos documentos e era o tom que permeava a fala de nossos entrevistados, em alguns com maior ênfase, em outros, menos, mas o sentimento de pertencimento e a compreensão da importância daquele projeto marcou todas as narrativas. [...] Era bem esse o sentimento, um ambiente escolar, do qual significativa parcela da população se sentia fazendo parte, e, por isso mesmo, cuidava, participava, se identificava. “De pé no chão” não apenas chegou à periferia, mas foi parte dela (AUTOR, 2018, p. 170).

Nos anos seguintes, a Campanha teve continuidade e expandiu suas iniciativas. Para fins didáticos, Moacyr de Góes (1999, p. 24), as dividiu em oito fases (também abordadas por Maranhão em seu livro), tendo sido: 1ª Fase - Escolinhas; 2ª Fase - Acampamentos Escolares; 3ª Fase - Ensino de adultos; 4ª Fase - Praças de cultura; 5ª Fase - Centro de Formação de Professores; 6ª Fase - Ensino profissional; 7ª Fase - Interiorização da Campanha; 8ª Fase - Escola brasileira com dinheiro brasileiro.

Infelizmente, apesar do sucesso da iniciativa, da alta taxa de matrículas, boa assiduidade dos alunos e baixa evasão, a Campanha “De pé no chão também se aprende a ler” foi encerrada em 1964, após o golpe militar. Com o fim da Campanha, alguns acampamentos foram reaproveitados e continuaram funcionando com a mesma estrutura física por um tempo, mas não mais com a mesma dinâmica e ideal. Houve ainda aqueles que foram desativados e o das Rocas, projeto-piloto da Campanha, foi alvo de um incêndio, nunca completamente explicado, mas que simbolicamente evocava a tentativa de silenciar definitivamente com as memórias de “De pé no chão”.

Mesmo os acampamentos reaproveitados passaram a funcionar sob nova lógica, conforme é possível observar na fala da professora Ivoneide Rósa (2000):

E isso me deixou muita saudade na época que mudaram a metodologia e quando acabou “pé no chão”. Aí acabou a distribuição de livros para as crianças, a merenda deixou de existir, ficou muito precária, e mudou, né? Foi uma mudança assim radical (RÓSA, 2000).

A perspectiva de Dona Ivoneide Rósa coincide com o cenário educacional do período ditatorial. Embora tenha havido expansão no número de vagas da escola pública, isso ocorreu em concomitância com um processo de desvalorização do fazer docente e ampliação da lógica de ensino pautada no tecnicismo.

A história da educação brasileira faz-nos perceber que foi durante a ditadura militar (1964-1985) que a precarização da escola pública, da profissão de professor e do ensino público começam a acontecer com mais força e seguindo uma política aberta aos investimentos estrangeiros no Brasil. Naquele momento, a concepção tecnicista de educação tomava força e interessava ao Estado brasileiro formar operários técnicos preparados para trabalhar nas multinacionais aqui instaladas (RODRIGUES, 2019, p. 85).

Mas, apesar da tentativa de silenciamento, a Campanha “De pé no chão” deixou seu legado e se faz presente nas memórias dos que a viveram e, cada vez mais, nos sucessivos trabalhos acadêmicos produzidos sobre a temática. Pensar sobre a dinâmica daquela iniciativa

pode nos instigar a refletir sobre a educação popular em nosso tempo, percebendo novas alternativas aos modelos postos.

### Considerações Finais

Considerada subversiva após o Golpe Militar, “De pé no chão também se aprende a ler” teve seus líderes indiciados e presos, seus prédios tomados, seus materiais didáticos, por vezes apreendidos e queimados e suas memórias encobertas pelo medo coletivo da repressão.

Embora não tenhamos notícias de nenhuma professora ou professor leigo indiciado ou preso, ouvimos em diversas narrativas coletadas por nós e por outros pesquisadores, o medo instaurado a partir do fechamento dos Acampamentos e da prisão do Prefeito e de seus assessores mais próximos. Aquilo que fora símbolo da democratização da educação, naquele momento passava a ser sinônimo de risco, de ameaça à ordem, era o mesmo que subversão. Falar sobre a Campanha não mais era permitido, a partir de abril de 1964.

Décadas após o ocorrido, essas memórias passaram a emergir, primeiro em obras pioneiras como o livro do professor José Willington Germano, publicado ainda em 1982. E depois com teses e dissertações que provocaram o retorno à temática, a exemplo da tese da professora Maria Elizete Guimarães de Carvalho, defendida em 2000 e, mais recentemente, nossa própria tese (Os Acampamentos da Campanha “De Pé no chão também se aprende a ler” e as relações dialógicas com a comunidade local) defendida em 2018 e que inspirou este pequeno fragmento.

Ao retomar “De pé no chão também se aprende a ler”, demonstramos como foi possível construir uma proposta de educação popular envolvendo a comunidade, tornando-a parte do processo, valorizando sua cultura, seu fazer cotidiano, as pessoas que a compunham.

Apresentamos, aqui, uma breve discussão sobre a construção dos acampamentos escolares, os diversos espaços que o compunham, seu sistema de ensino, o papel da formação de professores e o espaço assegurado à promoção da cultura popular. “De pé no chão” foi retomada não apenas como um conjunto de barracões de palha, mas como uma proposta de erradicação do analfabetismo, que extrapolava a ideia de escola como sinônimo de prédio escolar.

Em tempos de ameaças à educação pública e de explícitas argumentações contrárias à educação popular, “De pé no chão também se aprende a ler” nos lembra que é possível educar não somente *para* o povo, mas também, e principalmente, *com* ele. É possível que todos aprendam, sendo necessário apenas que disponham das condições mínimas de acesso e permanência à escola. Condições estas, que extrapolam os recursos materiais e consideram também os saberes da comunidade, a bagagem prévia dos estudantes, a cultural local e a vivência de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

### Referências

AQUINO, F. M. S.; PINHEIRO, R. A. A materialidade dos acampamentos escolares e a cultura popular na ‘Campanha de pé no chão também se aprende a ler’. **History of Education in Latin America–HistELA**, v. 1, e16405, 2018.

AQUINO, F. M. S. **O cotidiano da formação de professores da Campanha de pé no chão também se aprende a ler**. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFRN, Natal, 2015.

AUTOR. **Os acampamentos da campanha “De pé no chão também se aprende a ler” e as relações dialógicas com a comunidade local**. Tese (Doutorado em Educação) – UFRN, Natal, 2018.

CARVALHO, J. M.. **Cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARVALHO, M. E. G.. **Memórias da campanha “De pé no chão também se aprende a ler”**: 1961-1964 (o testemunho dos participantes). Tese (Doutorado em Educação) – UFRN, Natal, 2000.

**FOTOGRAFIAS DA CAMPANHA “DE PÉ NO CHÃO”**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br>. Acesso em: 20 fev. 2018.

GERMANO, J. W. **Lendo e aprendendo**: a campanha De pé no chão. São Paulo: Cortez, 1982.

GÓES, M. **Moacyr de Góes**: depoimento [2015]. Entrevistador: Roberto Monte. Entrevista concedida ao Centro de Direitos Humanos do RN. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br>. Acesso em: 10 fev 2018.

GÓES, M. **De pé no chão também se aprende a ler (1961-1964)**: uma escola democrática. 3. ed. Natal: Palumbo, 2010.

\_\_\_\_\_. (Org.). **2 Livros de Djalma Maranhão no exílio**. Natal: Artprint, 2000.

LUCENA, M. **Maria Diva Lucena**: depoimento. Natal: NUHMEJA-RN. 101 min. WAV. Entrevistadores: Francisco Alves da Costa e Rosa Aparecida Pinheiro. Entrevista concedida ao Núcleo de História e Memória da Educação de Jovens e Adultos - RN. Disponível em: [http://nuhmeja.ce.ufrn.br/site/campanha\\_entrevistas\\_videos.html](http://nuhmeja.ce.ufrn.br/site/campanha_entrevistas_videos.html). Acesso em: 10 fev 2018.

RIBAMAR, José. **José Ribamar**: depoimento [set. 2011]. Entrevistadora: Fernanda Aquino e Marisa Sampaio. Natal: NUHMEJA-RN, 2011. 110 min. WAV. Entrevista concedida ao Núcleo de História e Memória da Educação de Jovens e Adultos - RN.

RÓSA, I. **Ivoneide Rósa**: depoimento [fev. 2000]. Entrevistadora: Maria Elizete Guimarães Carvalho. Natal. 2000.

RODRIGUES, W. O currículo escolar aumentando desigualdades sociais: o caso da educação pública brasileira. **Revista Humanidades e Inovação**. v.6, n.18, 2019.

Recebido em 18 de maio de 2020.

Aceito em 19 de maio de 2020.